

REPRESENTAÇÕES E SIGNIFICADOS DA FELICIDADE: A TERAPIA COMUNITÁRIA E OS NOVOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Autor: Thiago Lira dos Santos. (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Resumo:

O presente artigo visa contribuir à compreensão dos novos processos de subjetivação insurgentes na contemporaneidade, tendo por chave analítica a felicidade. Dessa forma, pretendemos abordar a luz de uma construção teórica de uma sociologia à escala do indivíduo ou psicológica, o processo de fabricação do indivíduo singular-plural como forma mais refratada do social em curso. Pretendemos assim, desenvolver um debate teórico sobre a estruturação de como proceder tal investigação. Assim, partimos de uma categoria de análise existencial “felicidade”, imperativo da modernidade, para proceder a busca de modos de subjetivação que apontem para possíveis mudanças na configuração subjetiva do grupo em questão. Para isso, um debate acerca da constituição dos espaços de liberdade, responsabilidade/cuidado de si, e autonomia do sujeito será confrontado, na proposta de pesquisa, aos limites desses espaços de liberdade e autonomia. Isso, pois, se considera em alguns casos, a falta de disposições sociais de vivenciá-los. Por esse motivo toma-se como *locus* de observação o espaço de terapia comunitária integrativa, entendendo que o fracasso do indivíduo enquanto tenta fabricar-se enquanto “ser feliz”, gera várias modalidades de sofrimento psíquico, o que demanda ajuda externa e especializada para normalizar a socialização.

Palavras-chave: Sociologia do indivíduo, sofrimento psíquico, felicidade, autonomia do sujeito, cuidado de si, subjetivação.

1. Introdução

Na contemporaneidade, assistimos a um crescente surgimento de novos mal-estares psíquicos como a depressão, a síndrome do pânico, a ansiedade, etc. Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 350 milhões de pessoas, de todas as idades, sofrem de depressão no mundo, e estima-se que logo em 2030, esta será a doença de maior ocorrência (WHO, 2008). O Brasil apresentou a maior ocorrência de depressão, tendo 10,8% da população diagnosticada com o referente distúrbio (BROMET et al. 2011).

O cenário atual de sofrimento psíquico tem levado ao surgimento de diversas modalidades de dispositivos de ajuda. O modelo terapêutico centrado no poder psiquiátrico torna-se mais amplo, dando a impressão de “diminuição” de tal poder. No entanto, acreditamos que a ampliação da assistência “psíquica” a uma rede de “saúde mental”, demonstra que o controle agora é exercido de maneira mais sofisticada, através de uma “internalização” da responsabilidade que cada indivíduo, de agora em diante, deve exercer em sua vida cotidiana. Passa-se de uma “psiquiatrização” para uma “terapeutização” da vida.

Neste panorama surgem as mais diversas formas de terapias, as quais preconizam levar os indivíduos a lidar com sua rede de relações e com suas vidas, de maneira geral. Em uma sociedade que tem como imperativo a felicidade como valor, a busca por uma vida sem sofrimentos e fracassos torna-se uma “responsabilidade” individual: cada um deverá encontrar em si mesmo a superação e a força necessária para lidar com as mais diversas situações da vida, inclusive porque sofrer já não se constitui um valor na sociedade em que vivemos.

Diante de tal cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar os significados e representações da felicidade de indivíduos em sofrimento psíquico em tratamento no espaço da terapia comunitária. A terapia comunitária integrativa foi implantada no Brasil pelo Médico e professor Adalberto Barreto com o objetivo de ser um “espaço” no qual os indivíduos poderiam falar de suas angústias cotidianas, ajudando no enfrentamento dos sofrimentos cotidianos (NASCIMENTO, 2015, p. 66). Acreditamos que através desta investigação, poderemos levantar algumas hipóteses que nos auxiliem a compreender os novos processos de subjetivação¹, essa nova individualidade que surge diante de um panorama no qual sofrer não constitui um valor, pois o imperativo é de ser feliz e responsável por seu destino (FREIRE FILHO, 2010).

O imperativo (de ser feliz) reside na relação entre autonomia e o eu ideal, que se constitui em face de um trabalho do indivíduo para fabricar-se enquanto sujeito “singular-plural” (LAHIRE, 2008). É justamente sobre esse social refratado que se debruça a proposta de compreensão da individualidade contemporânea acerca do “ser feliz” e seus possíveis desdobramentos. Permitindo-nos perguntar: Como se dão os novos processos de subjetivação a partir da compreensão dos significados de felicidade em pauta na sociedade contemporânea? Como eles estão representados nos discursos de indivíduos em sofrimento psíquico? A partir de quais variações intraindividuais de práticas e preferências culturais?

Terapia Comunitária Integrativa

¹ Subjetivação: processo que “... aborda no marco da sociologia, o problema da constituição do sujeito como o resultado de uma dinâmica sócio-política de emancipação” (MARTUCCELLI, 2010, p. 79).

No cenário atual, em que surgem novos “sofrimentos psíquicos”, um dispositivo terapêutico cada vez mais utilizado como “rede de auxílio” no enfrentamento destes sofrimentos é a terapia comunitária integrativa. A terapia comunitária surgiu como um “espaço” no qual os indivíduos poderiam falar de suas angústias cotidianas, ajudando no enfrentamento dos sofrimentos cotidianos, implantada no Brasil pelo Médico e professor Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará (NASCIMENTO, 2015, p. 66). Uma das motivações para a criação da terapia comunitária integrativa se deveu à constatação, pelo Dr. Adalberto, da utilização de medicamentos psicotrópicos em grande escala. Dessa maneira, seu objetivo era promover a “motivação” do grupo e a “autonomia individual” (BARRETO, 2007 Apud NASCIMENTO, 2015, p. 67).

No presente trabalho, pretendemos utilizar o espaço da terapia comunitária para realizar a investigação proposta. No espaço da terapia comunitária, pretendemos conhecer as representações e significados da felicidade entre os indivíduos em sofrimento psíquico, com o objetivo de compreender os novos processos de subjetivação; e com isso a individualidade contemporânea. Acreditamos que, além de constituir-se como uma “rede de sociabilidade” no enfrentamento do sofrimento psíquico (NASCIMENTO, 2015), a terapia comunitária pode se revelar um *locus* de observação de novos processos de subjetivação:

“A Terapia Comunitária, portanto, encerra um conjunto de formas de ser, fazer, pensar, sentir, agir, estar no mundo, de relacionamento com pessoas, com a temporalidade, com a historicidade coletiva e individual, identidade, memória e os valores culturais, se colocando como um espaço de diálogo de humanidades” (LAZARTE, 2012 Apud NASCIMENTO, 2015, p. 68).

Em suma, através da fundamentação teórica exposta a seguir, pretende-se investigar as representações e significados da felicidade entre indivíduos em sofrimento, no espaço da terapia comunitária, na tentativa de demonstrar que, na contemporaneidade, estamos diante de novos processos de subjetivação, no qual uma nova individualidade emerge em um cenário de crescentes mal-estares subjetivos, que tem levado os indivíduos a buscarem o auxílio de dispositivos terapêuticos diante de valores sociais que preconizam o sucesso, a felicidade e a responsabilização individual.

Da sociogênese contemporânea à mudança de escala para “o indivíduo”

Elias (1994) parte da premissa de que existem dois principais centros opostos nas ciências humanas que tratam do processo de formação sócio histórica. Para o autor, em algumas pesquisas existe o argumento de que, sendo o sujeito um produto de estruturas sociais, é possível que seja negligenciado em uma análise sociológica.

De modo que toda ação individual se encontra sujeita a sofrer coerções sociais e, portanto, sua interação com a sociedade se encontra intrinsecamente determinada por meio da pressão a que o sujeito se encontra exposto. Assim, a sociedade pode ser encarada como algo existente antes e de maneira independente das relações humanas. Atribuindo ao sujeito e sua relação com a vida social, algumas substâncias que são transcendentais à natureza do indivíduo, tais grupos:

Fundamentando-se nessas regularidades sociais específicas, só conseguem conceber a sociedade como algo supra individual. Inventam, como meio de sustentação dessas regularidades, uma ‘mentalidade coletiva’, ou um ‘organismo coletivo’, ou ainda, conforme o caso, ‘forças’ mentais e materiais supra individuais, por analogia com as forças e substâncias naturais (ELIAS, 1994, p. 25).

Tal pensamento despreza o sujeito como uma força social histórica, retirando seu modelo conceitual de ciências naturais. Elias (1994) então baseia sua crítica do processo de formação sócio histórico no fato de que: em tais pesquisas a sociedade se configura como uma entidade organizada de maneira análoga a um organismo biológico que é comandada pela influência de forças supra individuais anônimas. O autor então adverte que tal tipo de abordagem oferece uma margem para um tipo de panteísmo histórico, tal como um espírito no mundo, ou até mesmo a ideia de um Deus, que é encarnado em um universo histórico em movimento, servindo de explicação para sua ordem, periodicidade e intencionalidade. Acreditamos que a forma pela qual é percebida e significada a felicidade dos indivíduos da terapia comunitária não foge a esse modelo de formação sociogênico.

Segundo Norbert Elias, os conceitos de “indivíduo” e “sociedade” estão disponíveis para o entendimento dos seres humanos, enquanto partes inter-relacionadas (entre meio e fim) de um todo da configuração social. O conceito de indivíduo estaria relacionado ao ser humano singular, como uma entidade que existe em completo isolamento, já o de sociedade oscila entre duas ideias opostas, no entanto, enganosas. Assim, a sociedade é entendida ora como acumulação, ou o somatório desestruturado de pessoas individuais; e em outrora como objeto existente para além dos indivíduos, e não passível de maior explicação. O autor introduz em seus estudos sociológicos, o termo “sociedade dos indivíduos”, na tentativa de emancipar-se do uso dos dois termos que, quando usados, dão a ideia de simples opostos (ELIAS, 1994, p. 7).

Pelo viés do indivíduo, Elias (1994) acredita que não existe um grau zero de vinculabilidade social do sujeito, tal como um começo ou uma ruptura que seja de tal maneira nítida em que o mesmo ingresse na sociedade vindo de fora, como um ser que não pode ser impactado pela rede e que então passe a se vincular a outros seres humanos. O autor acredita que, em oposto, tal como pais são necessários para gerar um filho ao mundo, tal como uma mãe

é necessária para nutrir um filho, primeiramente com seu próprio sangue e depois com alimentos vindos de seu corpo:

[...] o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele, quer esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho, quer trabalhe ativamente numa grande cidade ou seja um náufrago numa ilha a mil milhas de sua sociedade (ELIAS, 1994, p. 31).

Sendo assim, o autor passa então a enxergar a organização social sob a perspectiva da fatalidade, enquanto o indivíduo aparece somente como um meio para sua realização histórica. É possível então notar que na visão do autor, paradoxalmente, prefere-se tratar o sujeito de maneira isolada, alegando sua individualidade de ações e, logo, transformando-os em bens sociais de concentrações de bens individuais. No viés de nossa investigação é exatamente a configuração desses bens sociais de concentração de bens individuais que nos darão subsídio de análise para o quadro social no qual se encontra configurada as representações de felicidade do grupo de terapia.

Devido a mudanças específicas ocorridas, tanto nos indivíduos como nas sociedades, na segunda metade do século passado, as formas de análise de ambos também vêm sofrendo diversas modificações. Tais mudanças estão relacionadas à própria maneira como a sociedade é entendida pelos indivíduos, bem como pela maneira que os próprios indivíduos entendem a si mesmo. Para o autor, esse processo de mudança pode ser percebido através de seu conceito da balança nós-eu, “o qual indica que a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas” (ELIAS, 1994, p. 9).

O autor, então, retira a finalidade da existência dos indivíduos e da sociedade por eles formada, ou seja, ambos são desprovidos de objetivo ao mesmo tempo em que a existência de um está condicionada à existência do outro. Em outras palavras, a sociedade e os indivíduos simplesmente existem. E é essa rede de existência não-finalista, em que cada indivíduo desempenha sua função em relação a outros indivíduos que é chamada de sociedade. Em nossa aplicação, no caso do grupo de terapia comunitária, essa rede de existência ganha recortes micro-sociológicos, manifestando-se em outras redes menores de sociabilidade.

No entanto, na sociogênese do mundo moderno, o autor identifica um processo de “isolamento” ou “separação” que vem ocorrendo com o processo de individualização e tem levado os indivíduos a se sentirem completamente sós, isolados dos outros, como se fossem detentores de um “eu” interior puro e de uma roupagem externa, atrelada às relações com os

outros indivíduos. Essa percepção de um eu interior, separado da relação com os demais indivíduos se deve a uma configuração histórica específica, ao desenvolvimento de um processo civilizador, o qual tem obrigado os indivíduos a adotar um elevado grau de autocontrole e refreamento das emoções, desencadeando, assim, a renúncia e a transformação dos instintos, relegando os desejos aos domínios privados ou até ao inconsciente (ELIAS, 1994, p. 32).

Para Elias, com o processo civilizador, se abre espaço para as ações e decisões individuais nas sociedades. Os indivíduos se encontram diante de uma “arena”, um espaço decisório, no qual estão disponíveis – relativamente – as mais diversas oportunidades de escolha, fazendo com que seus próprios destinos ou o destino de outras pessoas e até mesmo de nações sejam modificados. Ou seja, nas sociedades mais complexas, há um aumento da responsabilidade individual, a partir da crescente autoconsciência dos indivíduos. Portanto, para o autor, o que conhecemos por “individualidade” de uma pessoa é nada mais que um caráter de auto regulação que ela apresenta em relação a outras pessoas e coisas. A “individualidade” corresponde a uma determinada forma de controle psíquico que distingue uma pessoa de outra (ELIAS, 1994, p. 48).

Na contemporaneidade, percebemos um novo interesse da sociologia pelo indivíduo, a partir do crescente número de estudos relacionados a ele. Segundo o sociólogo Danilo Martuccelli, o enfoque atual no indivíduo é oriundo de uma “crise intelectual” e de uma intensa transformação de nossa “sensibilidade social”. Para o autor, o indivíduo deve ocupar o lugar analítico antes organizado em torno de noções como civilização, história, sociedade, classe, etc. (MARTUCCELLI, 2007, p. 5). Martuccelli (2007, p. 9) acredita que o processo em curso de singularização dos indivíduos independe das posições sociais ocupadas por eles, apontando para a necessidade de se entender os indivíduos além de suas posições na estrutura social:

“Progressivamente se impõe a necessidade de reconhecer a singularização crescente das trajetórias pessoais, o feito de que os atores tenham acesso a experiências diversas que tendem a singulariza-los e isso ainda quando ocupem posições sociais similares. Porém, a tomada de consciência desta situação não deve traduzir-se necessariamente na aceitação de uma sociedade sem estrutura, incerta, fragmentada, líquida...” (MARTUCCELLI, 2007, p. 10) (tradução nossa).

Nesse sentido, podemos inferir que a centralidade atual no indivíduo não implica na negação da existência de uma estrutura social, mas ela parte do fato de estarmos vivendo um processo de complexificação da vida social que torna insuficiente a utilização de apenas um modelo analítico – como a posição social - para entendê-la. Dessa maneira, podemos concordar com Lahire (2008, p. 375) quanto ao estudo do social em sua forma individualizada, pois, a partir do indivíduo, é possível estudar a realidade social em sua forma incorporada e interiorizada.

De acordo com Bernard Lahire (2008, p. 376), podemos caracterizar os indivíduos como o “resultado” de múltiplas experiências vividas por eles: “o indivíduo é, sem sombra de dúvida, a realidade social mais complexa a ser apreendida”. Assim: “[...] a compreensão do singular enquanto tal, ou seja, do indivíduo como produto complexo de diversos processos de socialização, força a ver a pluralidade interna do indivíduo: o singular é necessariamente plural” (LAHIRE, 2008, p. 382). Assim, também é plural o conjunto de padrões de socialização aos quais são expostos os indivíduos. Padrões que podem se reforçarem entre si, se excluírem uns aos outros, dados as divergências de conteúdo; mas, que, formam uma configuração de hábitos que são contextualmente acionados.

Diante do atual contexto de complexificação da sociedade, no qual o indivíduo representa, em sua forma interiorizada, as dinâmicas complexas da realidade social, surge também o interesse pelas dimensões mentais e comportamentais dos indivíduos, dimensões consideradas por Lahire como sendo o produto das relações e experiências sociais vividas por eles (Lahire, 2008, p. 376). Segundo Martuccelli, na contemporaneidade, vivemos uma “era” psicológica, pois as noções utilizadas para se compreender o indivíduo, recebem, cada vez mais, definições próprias ao campo da psicologia: “se durante muito tempo a linguagem dominante da descrição do indivíduo foi de tina moral e social, de agora em diante esta será psicológica” (MARTUCCELLI, 2007, p. 38). De acordo com o autor, a centralidade do discurso psicológico sobre o indivíduo está relacionada a um número cada vez maior de mal-estares psíquicos, acompanhados de variadas práticas terapêuticas que funcionam como um novo dispositivo de controle social (MARTUCCELLI, 2007, p. 37):

“Porém, estamos verdadeiramente condenados a tomar este rumo? De nenhum modo. Para compreender adequadamente o indivíduo “psicológico” contemporâneo, na verdade, para explorar globalmente o domínio subjetivo na modernidade, é preciso estudar um conjunto de facetas irreduzíveis às dimensões propriamente psicológicas. Na realidade, se a sociologia, na modernidade, está obrigada a analisar o domínio subjetivo é porque todo um conjunto de fenômenos sociais é inteligível a partir da “interioridade” dos indivíduos – sem que por isso, no entanto, um discurso psicológico no sentido estrito do termo possa dar conta cabal dele” (MARTUCCELLI, 2007, p. 38) (tradução nossa).

Diante desse domínio subjetivo apontado por diversos autores, podemos inferir que há um novo processo de subjetivação em curso, e que a individualidade contemporânea se constitui em um fenômeno extremamente importante para a investigação sociológica da realidade, pois o indivíduo que emerge dessa complexificação do social tem muito a nos dizer da sociedade em que vivemos. Perante um quadro social dominado pelas crescentes patologias psíquicas, faz-se necessário investigar as influências oriundas da vida em sociedade que possam ser apontadas como possíveis “causas” de determinado fenômeno.

O cuidado de si

Mansano (2009) faz uso do “cuidado de si” de Foucault para explicar os modos de subjetivação, que envolvem os estudos do teórico sobre o estoicismo. Isso porque a perspectiva foucaultiana encontra na sociedade grega uma forma de vida a partir da qual o indivíduo, por meio do cuidado de si, não o toma como uma regra rigorosa a ser seguida por todos, como uma conduta padrão, geral, institucionalizada ou imposta. Na verdade, ocorre o oposto disso, pois o cuidado de si configura como um meio de viver de maneira facultativa, acolhida de maneira espontânea por aqueles que desejam assim.

Portanto, como explica a autora, nesse contexto, entende-se que somente uma parcela da população – pequena, diga-se de passagem – tomará a decisão de ter uma vida que considera bela, feliz e plena. Assim, Foucault considerava que, entre a sociedade grega que estudou, diversos procedimentos foram feitos a fim de constatar o fomento do exercício do cuidado sobre a própria existência.

Mansano (2009) explica então que a opção pela construção de uma vida bela e feliz, é uma opção de escolha por e para qualquer um, mas, não possuía a adesão de toda a sociedade, já que seguir por esse caminho, implicava em diversas condutas e restrições que nem todos os sujeitos se dispõem a adotar. Portanto, além de uma dimensão ética do cuidado de si, se coloca, em paralelo, a necessidade de posicionar-se de maneira política perante a própria existência, um posicionamento que poderia favorecer também a concepção de uma estética.

Podemos considerar, nesse caso, que a escolha estética e política, por meio da qual se acolhe um determinado tipo de existência é compreendida por Foucault como um modo de subjetivação possível. Os modos de subjetivação podem tomar as mais diferentes configurações, sendo que estas cooperam para produzir formas de vida e formas de organização social distintas e, cabe insistir, mutantes (MANSANO, 2009, p. 114).

Ainda sobre os processos de subjetivação, Furlin (2012) explica, na concepção sociológica de Foucault, que existem três modos de subjetivação que podem transformar os seres humanos em sujeitos. Assim, um indivíduo torna-se sujeito por meio de práticas discursivas, disciplinares e subjetivantes. Assim, o entendimento do sujeito voltado para a construção de si, que faz de si a maneira de sua conduta e sua ação, é notada como uma estratégia integrativa, consolidadora da resistência perante às dinâmicas sociais que produzem indivíduos normalizados e disciplinados. Dessa forma, o sujeito e os espaços de liberdade que esse encontra para conduzir seus processos de subjetivação, se centralizam no bojo das dinâmicas sociais. Assim, os novos processos de subjetivação em curso na sociedade contemporânea são aqui apontados, enquanto possibilidade, de uma tensão presente entre os espaços de liberdade e os meios socialmente disponíveis para realização da mesma.

Segundo Lahire (2005, p. 18), os indivíduos podem incorporar crenças, normas e valores sem que disponham dos “meios” necessários para cumpri-las, sem que tenham adquirido os hábitos de tais modelos sociais de conduta. Acreditamos que um desses valores ou crenças pode ser representado pelo imperativo da felicidade, principal característica do capitalismo contemporâneo (FREIRE FILHO, 2010), pois, numa sociedade em que a responsabilidade pelo pleno desenvolvimento das potencialidades e a obrigação de ser feliz, de ter sucesso, etc. é exclusivamente de âmbito privado, cabe ao indivíduo a responsabilidade por seu “destino”.

“Assim, pode-se enunciar, sem vacilar, que a articulação de autonomia concedida ao indivíduo e o cultivo da qualidade de vida e da auto-estima deste delineia o fundamento moral do projeto de produção da felicidade na contemporaneidade” (FREIRE FILHO, 2010, p. 37).

Nesse sentido, diante do “fracasso” de tal empreitada, pode haver o que Lahire chama de “defasamento entre as crenças e as condições objetivas de existência” que, segundo o autor, podem levar a sentimentos de frustração, culpabilidade, ilegitimidade, etc. (Lahire, 2005, p. 19). Dessa forma, assistimos a um crescente processo de “terapeutização” da existência, pois, devido à dificuldade de gerir as próprias relações, os indivíduos buscam toda a ajuda possível de experts, terapeutas, psicólogos, psiquiatras, etc.

Dessa maneira, podemos concordar com Perrusi (2015, p. 154) no sentido de que “precisamos de “transcendência”, isto é, de ajuda externa e especializada (psicologia, psiquiatria, pedagogia etc.) para normalizar a socialização²”. De acordo com o autor, pode-se considerar que parte do esforço por normalização está atrelado a “dispositivos terapêuticos” (PERRUSI, 2015, p. 154). Esse panorama nos mostra um processo de responsabilização individual, no qual cada um deve ser responsável pelo que faz e pelo o que lhe acontece (MARTUCCELLI, 2007, p. 53).

Conclusão

Por fim, para analisar os significados da felicidade nos discursos de indivíduos em sofrimento psíquico com o objetivo de “compreender” os novos processos de subjetivação, configurado no grupo da Terapia Comunitária Integrativa do Programa Saúde na família na cidade do Recife-PE / Brasil; propomos uma significativa mudança de escala de análise para a compreensão da dimensão subjetiva de indivíduos que refratam a *corpus* social que queremos

2 Socialização: “... processo de fabricação sócio psicológica do indivíduo” (MARTUCCELLI, 2010, p.79).

observar. A exposição teórica apresentada, parte de um modelo que visa viabilizar uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo título é o mesmo do trabalho aqui exposto. E para esse modelo teórico empregaremos na pesquisa empírica o método narrativo biográfico, com ênfase em entrevistas episódicas para dar conta do quadro configurativo que se pretende.

Por se tratar de uma apresentação das apostas teóricas pertinentes a uma pesquisa em andamento, não trazemos resultados empíricos quanto as “representações e significados da felicidade” que dão título ao trabalho; mas, trazemos, por outro lado, desdobramentos reflexivos sobre a possibilidade que repousa nessas apostas.

Referências:

BROMET et al.: Cross-national epidemiology of DSM-IV major depressive episode. BMC Medicine 2011 9:90. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/content/pdf/1741-7015-9-90.pdf>>. Acesso em 15 out. de 2012.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREIRE FILHO, J. (Org.). *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2010.

FURLIN, N. *É possível uma sociologia do sujeito?* Uma abordagem sobre as teorias de Foucault e Touraine. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan./abr. 2012, p. 274-311

LAHIRE, B. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. Sociologia. Problemas e práticas, nº 49, Lisboa, p. 11-42, 2005.

_____. Esboço do Programa Científico de uma Sociologia Psicológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 373-389, 2008.

MANSANO, S. R. V. *Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade*. Revista de Psicologia da UNESP, 8(2). 2009, p. 110-117.

MARTUCCELLI, D. *Cambio de Rumbo: La sociedad a escala Del individuo*. Santiago: LOM Ediciones, 2007.

NASCIMENTO, A. B. de M. Estigma, sociabilidade e práticas terapêuticas: a terapia comunitária como âncora e alívio do transtorno mental / Álvaro NASCIMENTO de Melo Nascimento. – Recife: O autor, 2015.

PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: saúde mental e individualidade contemporânea. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, São Paulo, p. 139-160, 2015.

World Health Organization. The global burden of disease: 2004 update. Geneva, Switzerland: WHO Press, 2008. Disponível em:

<http://www.searo.who.int/LinkFiles/Reports_GBD_report_2004update_full.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.